

MARIA DE LOURDES PINTASILGO: A “SENHORA PRIMEIRO-MINISTRO” NA CIDADE DOS HOMENS

CARLA MARTINS

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS; ERC

Enquadramento

No presente artigo, centramo-nos nas representações jornalísticas de Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP) veiculadas pela imprensa enquanto líder do V Governo Constitucional, o terceiro de iniciativa presidencial, cujo mandato se prolongou entre 1 de Agosto de 1979 e 3 de Janeiro de 1980. Aproveita-se uma tão rara quanto surpreendente oportunidade para observar a ascensão de uma mulher ao topo do poder executivo, num momento em que a presença feminina é praticamente inexistente nos órgãos de poder. Procurou espelhar-se a diversidade de publicações que compunham o setor da imprensa à época, incorporando na análise os semanários *Expresso* e *O Jornal*⁷¹, o *Diário de Notícias* e *O Dia e o diário*.

O estudo do discurso mediático torna manifesta a tensão entre as ancoragens normativas assentes no compromisso com os princípios da igualdade e da não-discriminação e a lógica quotidiana de produção informativa, cujos critérios podem reproduzir, e mesmo agudizar, as desigualdades entre homens e mulheres na distribuição de poder na sociedade. Como lembra Silveirinha (2012: 92), as ligações entre a comunicação e as desigualdades das mulheres estiveram sempre presentes nas diversas articulações do feminino. Sobretudo a partir dos anos de 1970, os conteúdos mediáticos passam a constituir uma “área de preocupação da agenda feminina” (Silveirinha, 2006: 5), no pressuposto de que “muito do poder social e político se jogava na representação” (Silveirinha, 2004: 5).

Pesquisas extensivas convergem num diagnóstico de invisibilidade das mulheres na informação, cuja presença, em 2010, foi quantificada em 24% pelo Global Media Monitoring Project (23% em Portugal). Outros estudos nacionais confirmam a expressão mitigada de vozes femininas. Segundo os resultados de 2011 da monitorização dos jornais televisivos da noite efetuada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 72,9% dos atores principais das notícias analisadas na SIC eram homens, e apenas 11,1% mulheres; e, na TVI, 74,3% dos protagonistas noticiosos eram homens e 8,5% mulheres (ERC, 2012)⁷². Foram homens 84% dos convidados dos programas informativos de três canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e de três canais temáticos de informação (SICN, RTPN e TVI 24), emitidos entre Setembro de 2010 a Junho de 2011 (Baptista, 2012).

⁷¹ Um conjunto mais restrito de artigos publicados por estes dois semanários constitui o objeto de estudo de Ana Tavares, no artigo “Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reacções na imprensa”, publicado na revista *ex-aequo*, em 2010.

⁷² O restante valor que perfaz 100% corresponde às categorias “ambos os géneros” e “não identificável”.

As pesquisas dedicadas à ligação entre género, media e política partilham ansiedades em torno não só da quantidade mas também da qualidade das representações mediáticas, atendendo aos seus impactos no exercício político (Ross e Sreberny, 2000: 80) e na democracia deliberativa (Ross e Comrie, 2012: 970). Em sentido contrário, para adquirir visibilidade mediática, não é suficiente que as mulheres estejam mais presentes nas instituições políticas, se esta participação não for proporcionalmente acompanhada pelo desempenho de funções de maior responsabilidade. De facto, as lógicas editoriais contemporâneas tornam ainda mais evidente o fenómeno de *glass ceiling*, ao dar voz quase exclusivamente a titulares das posições de topo às quais raramente as mulheres chegam.

As pesquisas vêm identificando um processo de “mediação «genderizada»” da política contemporânea (Ross e Sreberny-Mohammadi, 1996; Sreberny e van Zoonen, 2000; Ross e Sreberny, 2000), segundo o qual o relato da política é “significativamente determinado por uma agenda masculinizada que privilegia a prática da política como uma atividade eminentemente masculina” (Ross e Sreberny, 2000: 80, 93). O discurso jornalístico continuará a orientar-se pela noção de que o masculino é a “norma” e as mulheres o “outro” na política (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996: 16; Gallagher, 2001: 81). Concomitantemente, os relatos noticiosos tenderão a envolver as mulheres num *double bind*, fazendo recair sobre elas expectativas comportamentais conflitantes como mulheres e como políticas. Quando se afastam de um padrão de comportamento “tipicamente feminino”, poderão receber o qualificativo de mulheres duras, “mulheres de ferro” (Gallagher, 2001: 81), e a ser adjetivadas como não femininas.

Por outro lado, o valor de novidade (“a primeira mulher a”) pode fazer recair maior atenção mediática sobre as candidatas e líderes femininas, favorecer um alargamento dos temas reportados e uma conceção alternativa da política (Atkeson e Krebs, 2008; Bystrom, 2006; Carroll e Schreiber, 1997; Herzog, 1999; Norris, 1997; Sreberny e van Zoonen, 2000). A ascensão das mulheres a lugares de liderança pode também ser representada como simbolizando um avanço importante e positivo para a população feminina. Porém, a insistência no enquadramento da novidade “des-normaliza-as no campo político, fazendo com que a proposta de uma mulher candidata e presidente pareça mais arriscada e menos provável” (Falk, 2008: 37).

Enviosamentos nas representações jornalísticas das mulheres candidatas ou no exercício de cargos políticos são atribuídos à mobilização de estereótipos sexuais (Khan, 1996: 7), dizendo os mais comuns respeito aos traços de personalidade e comportamentais. Os homens serão independentes, objetivos, dominadores, ambiciosos ou agressivos, as mulheres emocionais, compreensivas, gentis, calorosas ou compassivas.

Algumas investigações mostram ainda que o enfoque dos media em relação às dirigentes políticas é mais orientado para a esfera privada e, em particular, para a vida familiar e as funções como mães e esposas (Gallagher, 2001: 81). Herzog (1999: 241) advoga que “as mulheres são introduzidas na esfera pública incorporando a diferenciação binária entre as duas esferas [pública e privada] no domínio público”. As investigações têm ainda detetado uma mais frequente associação das mulheres políticas a descrições físicas (Byerly e Ross, 2006: 45). O nexa entre feminilidade e beleza é interpretado não apenas como um reforço de conceções objetivadoras das mulheres, mas também como outro modo de descrever a oposição entre mulheres e a “política masculina” (Falk, 2008; Herzog, 1999). Destituídas desses atributos ou projetando uma imagem neutral, as mulheres políticas masculinizam-se ou assexuam-se, deixando de ser vistas e enquadradas como mulheres, o que as torna alvo de alusões críticas e negativas.

Contexto político e jornalístico na segunda metade de 1979

O estudo da mediação jornalística do campo político no período em análise implica, por um lado, atentar numa facticidade histórica de pontes frágeis entre os órgãos políticos e de bipolarização do debate ideológico e da luta pelo poder entre “esquerda” e “direita”. Por outro, exige situar a prática do jornalismo político num contexto mais alargado em que são determinantes as características dos diferentes meios de comunicação. Na segunda metade de 1979, estes não se limitam a refletir a realidade política, mas intervêm igualmente no combate político-ideológico.

Nos os anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, viveu-se uma “acidentada implantação do Estado democrático” (Reis, 1994: 19), assinalada pelo debate ideológico extremado e por delicados equilíbrios dos jovens órgãos de soberania e os partidos. O Presidente da República estava a ser pressionado para reforçar a sua intervenção na garantia da governabilidade, manifestando os governos de iniciativa presidencial a autonomia institucional e estratégica do Chefe de Estado em relação aos partidos (Reis, 1994: 78). Os primeiro e segundo governos de iniciativa presidencial, liderados por Nobre da Costa e de Carlos Mota Pinto, fracassam por insuficiente apoio parlamentar.

A 13 de Julho de 1979, Ramalho Eanes anuncia a decisão de formar um novo governo de gestão, convidando para a sua chefia Maria de Lourdes Pintasilgo, uma figura apartidária, católica, com *background* político na Câmara Corporativa e nos governos provisórios e uma carreira internacional. A embaixadora de Portugal na UNESCO aceita formalmente o cargo a 19 de Julho, mas a sua escolha suscita reservas e dúvidas em todo o espectro político-partidário. As críticas mais contundentes provirão das forças políticas mais à direita, que integram a Aliança Democrática (PSD, CDS e PPM). Segundo António Reis (1994: 80), com esta escolha, o Presidente “dará luz verde a uma orientação mais à esquerda, em tudo diversa da do seu anterior governo (...). Serão cerca de quatro meses de intensa atividade que despertarão a hostilidade do PSD e do CDS, que veem o seu projeto de mudança protagonizado por outrem e com diferente orientação, mas também a reserva do PS, receoso de concorrência no seu espaço”.

Por seu turno, os jornais refletem graus variáveis de compromisso com perspectivas políticas. As publicações selecionadas – os diários *Diário de Notícias*, *O Dia* e *o diário* e os semanários *Expresso* e *O Jornal* – espelham uma diversidade de posicionamentos político-ideológicos.

O *Diário de Notícias* é dirigido, em 1979, por Mário Mesquita, tendo como diretor-adjunto Dinis de Abreu, uma equipa que, segundo Nuno Rocha (1996: 370), garante a independência e o equilíbrio político. Mais formal e institucional, mais próximo das características dos *quality papers*, revela um estilo discursivo factual, demarcando a informação dos espaços de opinião e reservando aos colunistas e cartoonistas o comentário sobre a atualidade política.

O caráter partidariamente *engagé* é explícito, em pólos diametralmente opostos, nos matutinos *O Dia* e *o diário*, fundados em 1975 e 1976. *O diário*, dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, está próximo do PCP, *O Dia*, sob direção de Brás de Oliveira, movimenta-se numa área ideológica conservadora. Ambos polarizam a vida política em “esquerda” e “direita”, situando-se nos opostos da equação ideológica.

No período pós-25 de Abril, advoga Mário Mesquita (1994: 387), os semanários “responderam melhor às exigências da nova situação política, em termos de opinião pública”.

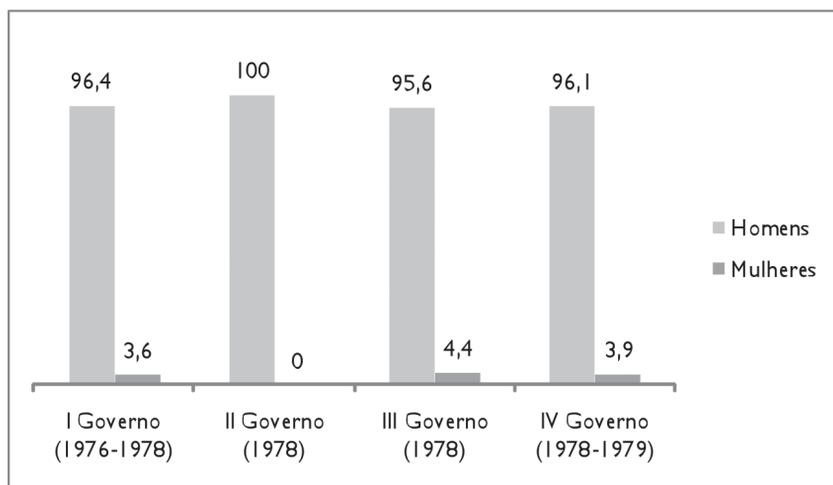
O Jornal, um projeto inovador e profissional, lançado em 1975 por um conjunto de jornalistas e dirigido em 1979 por José Carlos de Vasconcelos, “navegava em zonas afins do Grupo dos Nove. Praticava um jornalismo analítico e de investigação, semelhante ao do *Expresso*, mas situando-se numa zona política mais à esquerda” (Mesquita, 1994: 379).

Por seu turno, o *Expresso* conserva, no pós-25 de Abril, o seu estatuto de “jornal de referência e de projeto político-jornalístico, de tendência liberal moderada, filosofia editorial que animou o seu lançamento, em 1973, por Francisco Pinto Balsemão. Num dos seus slogans originais, o *Expresso* dirige-se aos leitores que queiram “um jornal português que demore tempo a ler”, propondo-se “informar explicando” (Cavaco, 2012: 13). Em 1979, o semanário era dirigido pelo próprio pai fundador, assumindo as funções de subdiretor Marcelo Rebelo de Sousa, autor da influente coluna “Análise Política”, ambos próximos do PPD/PSD.

Neste intrincado enquadramento político e jornalístico, um dos desafios da pesquisa ora empreendida consiste em distinguir, na representação jornalística dos acontecimentos políticos, eventuais enviesamentos resultantes do género dos atores retratados.

A opção de Eanes é atípica num contexto nacional e internacional em que as mulheres estão praticamente arredadas dos órgãos de poder. Apenas em Maio de 1979 tinha sido eleita a primeira Primeira-Ministra na Europa, Margaret Thatcher. Nos seis governos provisórios, entre 1974 e 1975, o desempenho de funções executivas no feminino restringiu-se aos três primeiros. Das composições dos I, III e IV Governos constam apenas duas mulheres e estas estão pura e simplesmente ausentes do II Governo.

Figura 1
Titulares de cargos governamentais, por sexo, de 1976 a 1979 (em %)



N = 234 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1976 a 1979, sendo 227 do sexo masculino e 7 do sexo feminino).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Figura 2
Mulheres Titulares de cargos governamentais de 1976 a 1979

Governos	Mulheres titulares de cargos governamentais	Cargos governamentais desempenhados
I Governo (1976-1978)	Manuela Morgado	Secretária de Estado do Tesouro
		Secretária de Estado das Finanças
	Manuela Silva	Secretária de Estado do Planeamento
III Governo (1978)	Manuela Morgado	Secretária de Estado do Tesouro
	Teresa de Santa Clara Gomes	Secretária de Estado da Cultura
	Manuela Aguiar	Secretária de Estado do Trabalho
IV Governo (1978-1979)		Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
	Maria Alice Nobre Gouveia	

Em 25 de Abril de 1975, 20 mulheres foram eleitas para a Assembleia Constituinte, tendo 27 exercido funções como deputadas, o que configura uma representatividade eletiva de 8,0% e uma representatividade efetiva de 9,1%. Nas legislativas de 1976, a taxa de feminização de mandatos femininos recua para os 5,7% (para 15 deputadas). Na totalidade da I Legislatura (1976-1980), 41 mulheres exerceram o cargo de deputadas e alcançaram uma representatividade efetiva de 8,2% (Martins, 2012).

Concentrados no combate político e na ingovernabilidade do país, os jornalistas serão surpreendidos pela indigitação de uma mulher para chefiar o Governo. Não se deve escamotear que, em 1979, se a política constitui um território masculino, o jornalismo não o é menos, sendo escasso o número de mulheres na profissão, e ainda mais raro na área política. Como é que a imprensa reage à indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo como líder do V Governo? Que espaços abre à reflexão sobre a participação das mulheres na política?

A problematização enunciada não poderia, por fim, ignorar que Lourdes Pintasilgo, desde cedo, nos vários cargos nacionais e internacionais que desempenhou, manifestou preocupação com a condição feminina e as desigualdades entre homens e mulheres, preconizando a igualdade na diferenciação. Como enfatiza Isabel Allegro Magalhães (2010: 44), “convicta de que não há espaço público democrático sem a participação das mulheres em todas as instâncias e decisões da vida pública, aponta internacionalmente (...) o escandaloso défice da sua participação a todos os níveis”. A intervenção feminina no espaço público afigurava-se-lhe tanto mais necessária quanto as mulheres carregam o potencial de transformação da cultura política dominante, ainda que, simultaneamente, Lourdes Pintasilgo temesse a mimetização e absolutização da “norma masculina” (*Ibid.*: 45).

Nota metodológica

A imprensa com a mais elevada circulação é veículo de discursos dominantes, mais do que de vozes dissidentes ou idiossincráticas, e tem um impacto relevante junto dos públicos, fazendo realçar os efeitos do discurso jornalístico (Mautner, 2008: 32). A seleção de

jornais correspondeu ao objetivo de representar a diversidade do segmento da imprensa nacional de informação geral, tanto nas suas filosofias editoriais como nos posicionamentos político-ideológicos.

O *corpus* abarca as peças informativas e de análise e comentário em que surgem referências a Maria de Lourdes Pintasilgo, publicadas entre 13 de Julho de 1979, quando o Chefe de Estado anuncia eleições legislativas intercalares, a dissolução da Assembleia da República e a constituição de um governo de gestão, e 18 de Agosto, dia em que o Parlamento vota o Programa do V Governo. Nas primeiras semanas que se seguiram à indigitação, verificou-se uma concentração de textos em que se apresenta e descreve a personalidade da primeira-ministra (posteriormente, passam a focar-se na governação, no coletivo ministerial e nas eleições legislativas intercalares). No total, foram incluídas 230 peças, 181 informativas e 49 opinativas (Fig. 1).

Figura 3
peças Seleccionadas por jornal

Publicações	Peças informativas		Peças opinativas		Total de peças	
	N	%	N	%	N	%
Diário de Notícias	50	83,3	10	16,7	60	100,0
O Dia	27	87,1	4	12,9	31	100,0
o diário	27	84,4	5	15,6	32	100,0
Expresso (inclui Revista)	36	75,0	12	25,0	48	100,0
O Jornal	41	69,5	18	30,5	59	100,0
Total	181		49		230	

A análise empírica orienta-se por enquadramentos de género – *gendered frames*, na terminologia de Norris (1997) – na representação jornalística das líderes políticas. Estes *enquadramentos* cristalizam-se em eixos temáticos, organizados em seis categorias: i) *Relação Política-Género*; ii) *Estilo de Liderança*; iii) *Traços de Personalidade*; iv) *Vida Privada e Conciliação de Esferas*; v) *Atributos Físicos*; vi) *Idade*.

Descrevem-se e discutem-se os resultados abrangendo as linhas de narrativização e as correntes de pensamento sobre os acontecimentos e protagonistas de atualidade. A procura de processos de significação da realidade fundamenta a opção por uma leitura articulada do jornal enquanto produto composto e complexo, não se atentando numa decomposição e parcelização dos diferentes elementos formais que o configuram. Esta leitura conjugada permitiu aproximar a análise empírica de um ritmo real de apreensão e descodificação do devir político, em que múltiplas “vozes” interpretam e comentam o jogo e as estratégias e em que informação e opinião coabitam.

Quando a política nacional passou a ter dois sexos

Os jornais salientam a “novidade histórica” de, pela primeira vez, uma mulher chefiar Governo. O *Diário de Notícias* sublinha que “será a terceira mulher com responsabilidades no poder

em 800 anos de história de Portugal, sucedendo às duas rainhas Marias⁷³. O *Expresso* exulta que MLP “tem batido todos os máximos políticos concebíveis”: “Primeira mulher que chegou a procuradora à Câmara Corporativa, primeira mulher que foi ministro, primeira mulher que atingiu o lugar de Primeiro-Ministro”⁷⁴.

A indigitação de uma mulher quebra a normalidade e a *naturalidade* da masculinidade do campo político. A primeira dificuldade que se coloca aos jornalistas é de ordem linguística. O vocabulário não previa o exercício de cargos políticos no feminino e, institucionalmente, Maria de Lourdes Pintasilgo é tratada no masculino. Os jornais não se sentem, no imediato, interpelados pelo facto de designarem uma mulher por “primeiro-ministro”, “ministro”, “embaixador”, “procurador”... Confrontados com este dilema linguístico, ao qual, aparentemente, concedam pouca relevância, não entreveem na ausência de concordância gramatical qualquer diminuição da figura. Um certo embaraço linguístico conduz, não obstante, os jornais a realizarem périplos pelos dicionários e prontuários e a consultarem especialistas. Apesar de os dicionários ainda definirem “ministra” como “esposa do ministro” ou em sentido irónico e depreciativo, e não contemplarem a forma feminina de primeiro-ministro, as conclusões dos inquéritos não detetam qualquer entrave técnico à conversão das funções políticas no feminino. E, todavia, erguem-se obstáculos de outra natureza.

No parecer do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, pedido pelo *Diário de Notícias*, as dificuldades prendem-se com critérios de “aceitabilidade” e de “adequação”: “o uso – obviamente por falta de oportunidades – ainda não consagrou o feminino para a designação deste cargo, como o fez no entanto para outros”. Aquela entidade explica que “a designação primeiro-ministro constitui um grupo de duas palavras já de tal modo solidificado que cada um dos elementos parece ter perdido autonomia”, pelo que “desencadear o processo de formação do feminino em relação a ela implicaria uma espécie de desintegração da forma. Remotivação de cada um dos elementos, formação do feminino e reintegração no léxico da nova lexia – com a correspondente consagração pelo seu uso – o que é sempre demorado, bastante incerto e linguisticamente pouco económico”. Aquele Centro conclui que “o êxito de uma tal opção, agora, nos parece um tanto duvidoso junto do falante comum”⁷⁵. Perante estes argumentos, o jornal indica que, doravante, acolherá a sugestão de designar Lourdes Pintasilgo como “a primeiro-ministro” ou “a senhora primeiro-ministro”.

O *Jornal* enfatiza que a introdução do feminino criará uma “distinção de géneros” que considera inoportuna. Reconhece-se a evolução da linguagem no sentido de incluir a feminização de muitas profissões e estatutos que até recentemente apenas admitiam o masculino – “«a mulher, hoje rivala [sic] do homem, é médica, engenheira, arquiteta, campeã””. No entanto, “«a mulher, emancipando-se, torna-se tão rival do homem que já por vezes o iguala; e a linguagem, reconhecendo então inoportuna a distinção de géneros, diz que a mulher é ministro, deputado, capitão, chefe e campeã como qualquer homem””. Portanto, manter o masculino será uma forma de assegurar a igualdade entre os sexos.

Com recurso a uma análise menos elaborada ou apoiada em *experts*, Adelino Alves, numa crónica publicada em *O Dia*, sugere uma solução simples para a “confusão de sexos” suscitada pela entrada de “senhoras” nos elencos ministeriais. Ainda que utilize o termo “senhoras”, cor-

⁷³ “Terceira mulher no Poder em 800 anos de História”, *DN*, 20/07/1979.

⁷⁴ “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

⁷⁵ “A primeiro-ministro ou a senhora primeiro-ministro”, *DN*, 30/07/1979.

tês, diferenciador, denunciando bonomia paternalista, o cronista defende a adaptação da língua “às necessidades que vão surgindo, pois, nós, sem lhe provocar entorses escusadas, temos de pô-la ao nosso serviço. Assim, deveremos – salvo melhor opinião! – dizer «subsecretária», «secretária» e «ministra» quando aplicadas, estas palavras, a senhoras. (...) Eu ainda me lembro de certa dificuldade no uso da palavra «deputada» que tão mal soava a ouvidos mais exigentes, mas a verdade é que o termo no feminino acabou por vencer”. Também não se lhe afigura “satisfatório procurar-se no dicionário a significação de certas palavras tais como a de ministra que diz ser «a mulher do ministro». (...) Ora, isto era aceite quando as mulheres não exerciam os cargos que eram – repito – inteiramente reservados aos homens”. Entende que “as esposas dos ministros e dos embaixadores têm de desocupar o lugar para o darem a quem dele tem real direito!”. A sua opinião poderá ser discutível mas não ridícula. “Ridículo, na nossa língua, é chamar-se ministro e subsecretário a uma mulher”⁷⁶.

Será ainda objeto de discussão na imprensa o uso de expressões sexistas. Fará correr muita tinta a declaração do vice-presidente do CDS Francisco Lucas Pires, num comício na Maia, a 22 de Julho, em que qualifica Lourdes Pintasilgo como “neo-gonçalvismo roccó de saias e espartilho”⁷⁷, e que apenas *O Dia* interpreta como expressão sarcástica.

No *Diário de Notícias*, António Mega Ferreira estranha tamanha “má-criação” por parte de um político “habitualmente tão cuidadoso nos adjetivos”. Em seu entender, a “frase de Lucas Pires é a verbalização de incontidos sentimentos marialvistas (...), um acervo de coisas contraditórias, em que o roccó de circunstância surge como extemporânea qualificação estilística, bem pouco à medida da dimensão funcional, universalizante e pouco redundante da primeira-ministra indigitada”⁷⁸. A jornalista Maria João Avillez, no mesmo jornal, também se debruça criticamente sobre esta “brejeirice”, vinda de um “deputado barroco”. A colunista entende que o uso da expressão não contribuiu para a conquista do eleitorado feminino, antes pelo contrário⁷⁹.

Os políticos críticos da primeira-ministra recorrem a outros sexismos. Francisco Lucas Pires garante, num comício, que os partidos da Aliança Democrática “farão com que a passagem do Governo Eanes-Pintasilgo na Assembleia não passe de uma festa entre amigos”. Um outro dirigente centrista, Rui de Oliveira, declara que, “ao escolher Lurdes Pintasilgo, «Eanes divorciou-se da maioria que o elegeu para arranjar outro amor»”⁸⁰.

Os jornais não serão impermeáveis à tentação da ambiguidade. O *Expresso* alude ao “fascínio” que a personalidade de Lourdes Pintasilgo exerce sobre Eanes. Entre 1976-1978, ambos descobrem-se mutuamente. A esta narrativa da “atração Eanes-Pintasilgo”, *O Dia* acrescentará uma outra, quando faz subtis alusões a um reduto feminino em que se terá convertido o Forte de Oeiras. Seis mulheres nele se encerram para “analisarem os eventuais homens do «Quinto»”⁸¹.

⁷⁶ Adelino Alves, “Ministros e ministras”, *O Dia*, 28/07/1979.

⁷⁷ A declaração completa, reproduzida por diversos jornais, é: “Não estamos dispostos a deixar-nos embalar por um neo-gonçalvismo roccó de saias e espartilho, como esse que agora se apresenta ao povo português”.

⁷⁸ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 25/07/1979.

⁷⁹ Maria João Avillez, “Um deputado barroco”, *DN*, 27/07/1979.

⁸⁰ “«CDS não se deixará embalar num neo-gonçalvismo de saias», *DN*, 23/07/1979; “PSD sem reticências: total desconfiança a Pintassilgo”, *O Dia*, 23/07/1979.

⁸¹ Referência a Maria Elisa, à secretária particular de Maria de Lourdes Pintasilgo, a Teresa de Santa Clara Gomes, a Maria Velho da Costa, a Manuela Silva e a Maria de Lurdes Belchior, que estaria pensada para a pasta da Cultura (“Um Forte para seis mulheres analisarem os eventuais homens do «Quinto»”, *O Dia*, 26/07/1979).

Termos evocativos do universo feminino são escolhidos para compor notícias sobre a formação do Executivo. O Governo está em “gestação”, escreve *O Dia* a 23 de Julho⁸². Também *o diário* sucumbe ao uso da expressão. Na primeira página da edição de 25 de Julho, o título “Novo governo em gestação no Forte de Santo Amaro” é complementado com as fotografias de Maria Elisa e de Maria Velho da Costa, duas “caras conhecidas entre os assessores diretos de Maria de Lurdes Pintasilgo”⁸³.

Certas expressões colocam o género feminino na rota de convencionais gestos de cortesia e cavalheirismo. No resumo de uma intervenção parlamentar de Salgado Zenha, *o diário* escreve que o PS, pela voz do deputado, “enviou flores de retórica à pessoa do Primeiro-Ministro”⁸⁴.

Os jornais também recorrem aos substantivos “galos”, “poleiros” e “tenores” para designar os titulares de cargos políticos. Jocosamente, *O Dia* cita uma “assídua leitora”: “«Este País tem um ‘pinto’ e um ‘pintasilgo’, quando o que precisava era de um ‘galo com esporas’»”⁸⁵. Marcelo Rebelo de Sousa escreve, referindo-se a Eanes e a Pintasilgo, que “só o tempo dirá como é que em Portugal dois galos podem ocupar o mesmo poleiro”⁸⁶. De uma ambiência romântica, a relação entre os dois líderes é aqui enquadrada numa dinâmica de competição.

“É mais do que tempo de as mulheres aparecerem”

A nomeação de uma mulher para a chefia do Governo ativa, nos jornais, a reflexão sobre a participação política feminina. António Mega Ferreira, no *DN*, acredita “que um Governo eficaz da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo faria mais pela luta das mulheres portuguesas do que cem abaixo-assinados, que contabilizam solidariedades, mas não questionam, porventura, no plano dos comportamentos, uma só das regras imemorais que definem o estatuto de subserviência da mulher”⁸⁷.

De acordo com a política do seu partido quanto à progressão feminina, o secretário-geral comunista, citado pelo *DN*, enaltece a “afirmação da igualdade de direitos e de capacidades”⁸⁸. Na mesma linha, a deputada comunista Alda Nogueira, citada pelo *o diário*, saúda, “como mulher”, a Primeira-Ministra”⁸⁹.

Os jornalistas destacam este ângulo. Questionada sobre o sentido que atribui ao exercício do cargo, Lourdes Pintasilgo assinala que “houve e há vários exemplos no mundo”, invocando historicamente o precedente aberto por Thatcher na Europa. “Só foi pena não termos sido nós a começar. Mas, enfim, foram também os ingleses quem primeiro divulgou o vinho do Porto...”⁹⁰.

⁸² “Pintasilgo a ultimar os contactos enquanto surgem já novos partidos”, *O Dia*, 23/07/1979.

⁸³ “Novo governo em gestação no Forte de Santo Amaro”, *o diário*, 25/07/1979.

⁸⁴ “Programa apresentado e muito por debater”, *o diário*, 14/08/1979.

⁸⁵ “Bloco marxista-ateu ganha com a escolha de Ramalho Eanes”, *O Dia*, 20/07/1979.

⁸⁶ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar...”, *Expresso*.

⁸⁷ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 25/07/1979.

⁸⁸ “Cunhal critica ataque a Lurdes Pintasilgo”, *DN*, 30/07/1979.

⁸⁹ Jorge Figueiredo, “Denúncia da grave provocação de Avis dominou sessão da manhã em São Bento”, *o diário*, 17/08/1979.

⁹⁰ “Espero que a Aliança Democrática clarifique a ideia que tem de mim”, *DN*, 20/07/1979.

O facto de a líder do Executivo ser mulher propicia momentos simbólicos de celebração feminina, documentados pela imprensa. No final da discussão do programa governamental na Assembleia, a 18 de Agosto, as trabalhadoras parlamentares homenageiam MLP, oferecendo-lhe um ramo de flores. Outros grupos femininos sentem-se encorajados a abordar a primeira-ministra, como sucede a 17 de Agosto, na Assembleia da República, quando representantes das trabalhadoras da Standard Elétrica alertam para os despedimentos iminentes na empresa: “A maioria são mulheres», lembrou a jovem à Primeiro-Ministro que é, também, mulher”⁹¹.

MLP atribui “importância simbólica” à sua circunstância – “daqui para a frente já não será proibido uma mulher chegar a este lugar, será sempre possível” –, mas alerta que não fica resolvida “a discriminação de que são vítimas as mulheres em muitas das funções que ainda exercem”⁹². Em entrevista a *O Jornal*, Teresa de Santa Clara Gomes assinala que se ultrapassou uma barreira, defendendo que:

“é mais do que tempo de as mulheres começarem a aparecer progressivamente. A nível de governação, isso não deverá acontecer por uma grande «operação de choque», mas deve haver antes uma progressão de entrada das mulheres a nível de todos os escalões. (...) Sem terem exercido já funções de organização, de administração e, até, de governação, é difícil que as mulheres se sintam à vontade para aceitarem ser ministros”⁹³.

Figura 4
Composição do V Governo (DN, 31/08/1979)



O “rosto” masculino da política não se altera significativamente no “Quinto”, apesar das expectativas em sentido contrário. Além de MLP, a primeira da galeria, Teresa de Santa Clara Gomes, a última. Gabriela Salgueiro tomará posse dias depois, como Secretária de Estado da Administração Pública.

⁹¹ “Uma cena diferente”, *o diário*, 17/08/1979.

⁹² Carneiro Jacinto, “Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve”, *O Jornal*, 20/07/1979.

⁹³ Cáceres Monteiro, “Somos pessoas extremamente diferentes”, *O Jornal*, 03/08/1979. O semanário destaca esta ideia na primeira página desta edição: “É tempo de as mulheres aparecerem”.

Os jornais dedicam-se a inusitados recenseamentos das mulheres que, depois de 25 de Abril de 1974, integraram os elencos governamentais. Até àquela data, um “reduzido grupo”, salienta o *Diário de Notícias*⁹⁴. Saber qual será o seu número no V Governo gera suspense. António Mega Ferreira ironiza, na edição de 25 de Julho do *DN* que, “ainda a procissão de Catalazete vai no adro, e já se agitam, pressurosos, os integérrimos defensores da virilidade da política pátria. É que o primeiro-ministro indigitado – ou a primeira-ministra, honra lhe seja feita – dá já sinais, para alguns inquietantes, (...) de que coloque nos ministérios um número nunca visto de mulheres!”⁹⁵. Muito se especula em torno da “entrada maciça de mulheres para o Governo”, um assunto que provocou “alarido”, relata *O Jornal* de 3 de Agosto⁹⁶.

Essa expectativa não se concretizará. Quatro mulheres são convidadas por Maria de Lourdes Pintasilgo para funções ministeriais. “Três disseram que não, Teresa de Santa Clara Gomes disse que sim, mas só aceitou ser secretário de Estado”⁹⁷. Em meia centena de governantes, surgem apenas duas mulheres. Para o *Expresso*, a “grande novidade do elenco governativo” passa a ser o “facto de não se confirmar um número apreciável de mulheres na sua composição, ao contrário do que chegou a ser noticiado”⁹⁸.

Uma *outsider* num momento de crise

Perante a “situação caótica da vida portuguesa”, uma mulher será a derradeira solução? Para *O Dia*, assim parece. “Já que nenhum dos homens entronizados em S. Bento conseguiu levar a bom termo a sua missão, talvez que uma mulher possa operar o «milagre» tão desejado”, ironiza aquele jornal, a 20 de Julho. Para o efeito, socorrer-se-á das “qualidades próprias do seu sexo” e de “outras que são fruto da sua experiência em lugares de grande importância política e que certamente lhe proporcionaram uma visão global e privilegiada da situação portuguesa”⁹⁹. O autor não concretiza quais as distintivas “qualidades próprias” do sexo feminino.

Em termos mais metafóricos, Maria Velho da Costa discorre quanto à circunstância de ser escolhida uma mulher para aguentar a “democracia trémula”:

“Chama-se uma mulher para que aguente um pouco, um pouquinho, o leme da barcaça das iras e das cinzas e a faça sulcar, qual donairoza gôndola, o mar crespo de um período pré-eleitoral acaso mais rosnante que qualquer outro dos anteriores. Afastar o cinzento, a poluída bruma nacional, a poder de sorriso e instaurar o cor-de-rosa das meninas de coro como pano de fundo da batalha do voto. Às urnas, às urnas, enquanto a tua mão embalaria o berço”¹⁰⁰.

⁹⁴ “Terceira mulher no Poder em 800 anos de História”, *DN*, 20/07/1979

⁹⁵ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 20/07/1979

⁹⁶ “Os ministros para a «marcha dos 100 dias»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

⁹⁷ Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

⁹⁸ “Lurdes Pintasilgo apresenta hoje em Belém o seu Governo completo”, *Expresso*, 28/07/1979.

⁹⁹ “Pintasilgo já tinha «cantado» quando Belém deu a «boa nova»”, *O Dia*, 20/07/1979.

¹⁰⁰ Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.

Neste artigo de opinião, publicado em *O Jornal* a 27 de Julho, com título de prece – “Salve Maria” –, a coautora de *Novas Cartas Portuguesas* contrapõe a batalha do voto ao “poder do sorriso”, ao “cor-de-rosa” das suas acompanhantes e ao “embalar o berço”, usando um estilo literário para desconstruir estereótipos. A mulher ficaria a tomar conta da “barcaça” enquanto os homens vão fazer a guerra?

Na verdade, o discurso dos jornais é perpassado por uma responsabilização dos “homens entronizados” pela situação de crise. António de Figueiredo lembra, no *DN*, que Portugal é um “país fundado por guerreiros, cujos feitos de expansão ultramarina se devem a almirantes e marinheiros, e onde o poder se distribui sempre por bispos e militares”. Esta génese tradicional do poder conduziu a “hábitos ancestrais, mais simplistas, de pensar acerca da função das mulheres na vida nacional”. Mas, para o comentador, será oportuno recordar a intervenção feminina noutros momentos “em que a determinação foi necessária”. E verifica que, “tendo os homens, até aqui, guardado tão zelosamente o monopólio do poder político em Portugal, só a eles, exclusivamente, se podem atribuir as culpas pelo labirinto que se criou e as voltas infundáveis e mortificantes que estamos a dar nas suas teias, à procura de uma saída”¹⁰¹.

No *Expresso* pulsa algum desapontamento face a políticos que, em bloco, “são apontados como ineficazes e superficiais”, entretendo-se em “jogadas de bastidores”, “assuntos meramente formais ou processuais”, “reviravoltas de 180 graus”, não conseguindo granjear “o apoio entusiástico do povo que [os] elegeram”¹⁰². Uma mulher na chefia do Governo com as qualidades de Lourdes Pintasilgo pode ser um “facto «refrescante»” e obter o “favor da opinião pública” num país “cansado da polémica, tantas vezes estéril, em termos de direita e esquerda”, escreve Cáceres Monteiro, no semanário *O Jornal*¹⁰³.

Uma liderança “dialogante” e “de pelo na venta”

Vários traços são transversais à caracterização de MLP pelos jornais. Segundo o *Expresso*, é “inteligente e arguta – alguns dirão «perigosamente inteligente»”¹⁰⁴. Revela grande cultura, é carismática e persuasiva. Carneiro Jacinto sublinha, em *O Jornal*, que a primeira-ministra é “muito comunicativa, sincera e aberta”¹⁰⁵. No mesmo semanário, Cáceres Monteiro descreve-a como uma “mulher inteligente, enérgica e convincente”, uma “personalidade forte e comunicativa”¹⁰⁶. Segundo Guilherme d’Oliveira Martins, no *DN*, o seu Governo surge “com uma força anímica significativa”¹⁰⁷. Mesmo o reticente *O Dia* enfatiza a sua “alegria”. Revela enorme facilidade em criar amizades. Um porta-voz da UNESCO citado pelos jornais declara, à agência noticiosa Reuter, que Lourdes Pintasilgo “possui o género de carisma que faz amigos ao ritmo de mil por minuto. Ganhou rapidamente a reputação de ser embaixador de primeira classe”¹⁰⁸. Os que a

¹⁰¹ António de Figueiredo, “Portugal é macho”, Crónica de António de Figueiredo, *DN*, 09/08/1979.

¹⁰² “A abertura da caça”, Editorial, *Expresso*, 21/07/1979.

¹⁰³ Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁰⁴ “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/Revista*.

¹⁰⁵ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo...»”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁰⁶ Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁰⁷ Guilherme d’Oliveira Martins, “A euforia e o despropósito”, *DN*, 03/08/1979.

¹⁰⁸ “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

conhecem “sabem que ela não discute de forma a cortar o diálogo. (...) A sua grande criatividade intelectual faz com que fale de todos os grandes problemas universais como um «gourmet» aprecia um «pâté de lièvre» ou um bom vinho francês”¹⁰⁹.

A 21 de Julho, o *Expresso* reporta que muitos a consideram uma “força da natureza”, “«de pelo na venta»”¹¹⁰. Marcelo Rebelo de Sousa confirma a sua vertente de “osso duro de roer”¹¹¹. Segundo o mesmo comentador, MLP representa um ensejo único porque “não tem perfil de um Primeiro-Ministro de apagada gestão e vil tristeza”¹¹².

Em suma, a imprensa começa por definir a *persona* política de MLP como correspondendo, tendencialmente, a um padrão feminino, que a própria cultiva, temperado com a força da sua personalidade. Sublinham-se os seus traços expressivos – é emocional, empática, alegre, calorosa, comunicativa, dialogante. Propõe-se governar numa “atitude de diálogo”, todos os grupos e todas as formas de associação dos portugueses merecerão “a maior recetividade do Governo”¹¹³. Pretende que o Executivo funcione de modo “coeso, colegial, assente no diálogo, na concertação, no consenso”, sem receio de “divergências de opiniões, certos como estamos de que aí encontraremos o agulhão constante para a imaginação criadora”¹¹⁴. Adota, em aparência, uma liderança menos diretiva e autocrática, valorizando a colaboração, a partilha de poder e a procura de consensos.

No entanto, em consequência dos ataques de que é alvo pelos seus opositores e por alguma imprensa, assume rapidamente os traços mais firmes e combativos da sua personalidade. De forma controlada. Numa intervenção parlamentar, evita responder a acusações que lhe são dirigidas – “Devo confessar que a minha origem ribatejana me impeliu a fazê-lo já e a descoberto!” –, considerando “que as calúnias e as mentiras caem, de podres, a seu tempo”¹¹⁵. Evitando uma abordagem mais agressiva, demonstra elegância institucional, contrastando com os seus opositores que dão murros nas bancadas, gritam e a interrompem. Esta agressividade não surpreenderá vinda de um homem; de uma mulher se esperará uma atitude mais gentil.

A vivacidade e a firmeza são, por outro lado, expectáveis na posição de primeira-ministra, sobretudo enfrentando grande adversidade. Os critérios de avaliação da política são conservadores. Por exemplo, Helena Roseta, que enfrenta Lourdes Pintasilgo no debate parlamentar do Programa de Governo em nome da bancada social-democrata, “surgiu a defender numa linguagem irrecusavelmente viva e que lhe é sem dúvida muito própria”. Mas “não o fez de forma menos vigorosa que um Ângelo Correia, um Amândio de Azevedo ou o seu marido, Pedro Roseta”¹¹⁶. Mas causa estranheza a presença desta firmeza numa mulher e a sua ausência num

¹⁰⁹ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

¹¹⁰ “História breve de uma inteligência (perigosa?) chamada Maria de Lourdes Pintasilgo”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹¹¹ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar...”, *Expresso*, 28/07/1979.

¹¹² Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial...”, *Expresso*, 21/07/1979.

¹¹³ “Lourdes Pintasilgo promete seguir a via do diálogo”, o diário, 01/08/1979.

¹¹⁴ “Novo Governo partiu ontem para a «marcha dos 100 dias»”, o diário, 02/08/1979.

¹¹⁵ “Governo resistiu à moção de rejeição...”, *O Dia*, 20/08/1979.

¹¹⁶ “Tudo isto é uma farsa”, *O Jornal*, 17/08/1979. Na leitura de *O Jornal*, “a uma mulher só se contrapõe outra mulher, terão pensado os estrategos de Sá Carneiro”. Na sua intervenção muito crítica, Helena Roseta baseará a sua estratégia no género: “As mulheres portuguesas esperavam mais!”. Há que ter em conta que, segundo o Diário da Assembleia da República, Helena Roseta começa por congratular MLP em seu nome e do seu partido “com o facto

homem. *O diário* critica o estilo vigoroso da deputada, que qualifica como “as estridências hormonais da dona Roseta”¹¹⁷ (assim como questiona o insuficiente tom viril em Freitas do Amaral, rebaixando-o na sua tentativa para “falar grosso”).

“Pessoa pública por excelência”¹¹⁸

Noutra dimensão analítica, o discurso jornalístico associará mais facilmente a feminilidade à exposição pública da privacidade? Num perfil publicado em *O Jornal*, José Silva Pinto faz a seguinte observação: “Maria de Lurdes Pintasilgo é o que se pode considerar uma pessoa pública por excelência. «Não me lembraria de a convidar para um piquenique com a minha mulher e os meus filhos...» – diz-me S. O «hobby» desta mulher verdadeiramente fascinante (...) é o que se passa no mundo e na Igreja”¹¹⁹.

A primeira-ministra mantém a sua privacidade sob reserva, e os jornais, por seu turno, fazem tímidas incursões nesse terreno. Além dos aspetos públicos e institucionais do seu percurso, sabe-se que é solteira, sem filhos e profundamente católica. “Solteirona”, segundo o *Expresso*¹²⁰. E as publicações analisadas não mostram particular curiosidade pela privacidade desta “pessoa pública por excelência”. *O Jornal* é a exceção, procurando construir uma imagem mais completa da primeira-ministra. Na edição de 27 de Julho, a manchete tem como título “No Graal ela é, Simplesmente Maria” e destaca-se que os seus repórteres “desvendam segredos de Lurdes Pintasilgo”. “Maria” pode simultaneamente designar um nome comum entre a população feminina portuguesa – é uma mulher entre as mulheres – como também a Virgem Maria, numa evocação da sua religiosidade¹²¹. “Simplesmente Maria” é também o título de uma popular radionovela espanhola do início dos anos 70.

No plano dos afetos, indica-se que, “na juventude alguns rapazes se interessaram por ela, mas talvez se tenham atemorizado com a sua forte personalidade. Chegou mesmo a gostar de um deles, mas, afinal, o seu destino era outro. E ficou solteira. Nem tia é, pois o irmão, de 46 anos, também não tem filhos”. O jornalista tem a preocupação de clarificar que esta circunstância “não a impede de ser extremamente feminina”. “Muitos dos que, há uma semana, a viram na TV, entrevistada por Maria Elisa, colheram, talvez, a ideia de uma mulher maternal, mas decerto não «maternalista»”¹²². A diferença é subtil.

de termos como Primeiro-Ministro do nosso país uma mulher”, esclarecendo que as suas críticas não são pessoais mas refletem “alguma desilusão” com a atuação da chefe do Governo. “Esperávamos que, como mulher, fosse mais concreta, que se dirigisse mais aos problemas das pessoas, (...) é isso que caracteriza a sensibilidade feminina no nosso país” (DAR, n.º 93, I Série, 14/08/1979, p. 3.589).

¹¹⁷ Adelino Tavares da Silva, “Isto de estender a mão da rejeição”, *o diário*, 17/08/1979.

¹¹⁸ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

¹¹⁹ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

¹²⁰ “Do «Graal» à UNESCO...”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹²¹ O título é explicitado numa reportagem de Pedro Vieira, onde se explica que as suas companheiras do Graal de outros países do mundo conhecem-na e tratam-na simplesmente por Maria (Pedro Vieira, “Para companheiras de outros países ela é simplesmente Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979).

¹²² José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

Numa modalidade mais intimista, *O Jornal* terá o exclusivo de fotografias de MLP no seu “simples mas confortável apartamento da Alameda de Santo António dos Capuchos”, onde vive, desde há alguns anos, com outras companheiras do Graal¹²³. Esta opção pouco habitual à época pela vida comunitária entre mulheres é apenas aludida.

As referências à aparência física, ao vestuário e à idade são minoritárias. Um comentário mais completo ao seu estilo sartorial, conjugado com a idade, surge, indiretamente, numa citação da *Cambio16* pel’ *O Jornal*: MLP “veste-se «com uma sobriedade moderna, sem a rigidez duma cinquentona, e o seu aspeto recorda o da boa tia cheia de sobrinhos carinhosos»”¹²⁴. O mesmo semanário fornece detalhes que nenhuma das restantes publicações analisadas valoriza, e que marcam a singularidade das suas práticas discursivas jornalísticas. Assim, sabemos que, na conferência de imprensa a 31 de Julho, no Palácio das Necessidades, “envergava um vestido azul às bolinhas vermelhas e brancas”¹²⁵, ou que, no seu discurso final sobre o Programa do Governo, optou por um “vestido de seda preta”, que lhe caía “direito, sóbrio, com um toque juvenil, rigorosamente dentro dos cânones da moda para este ano. Lurdes Pintasilgo traz uma mala preta e sapatos da mesma cor”¹²⁶.

O seu porte é glosado no mesmo jornal, numa comparação com o líder socialista inserida numa rubrica ligeira e humorística: a “eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, embora não tenha filiação partidária, e seja de facto independente, tem uma certa semelhança com o secretário-geral do PS, Mário Soares: «as bochechas»...”. São as “bochechas ao poder”¹²⁷.

Considerações finais: o V Governo e a política “genderizada”

Na segunda metade de 1979, os jornais projetam um campo político agónico, conflitual, com um horizonte incerto de pacificação. A formação de governos de iniciativa presidencial não é consensual. Num contexto político explosivo, a nomeação de uma mulher para chefiar o Governo confere à categoria de género uma centralidade inusitada. Enfatizando o enquadramento da “novidade”, os jornalistas confirmam que a política é masculina.

Mais do que de ordem simbólica, a manifestação ou a exorcização dos estereótipos tornam-se exercícios explícitos, públicos e partilhados. Os jornais constituem-se como fóruns de discussão das corretas formas linguísticas de tratamento dos responsáveis políticos de acordo com o sexo e do uso de sexismos com finalidade de ataque político. Este debate, travado no espaço público e abertamente, contribui para refletir sobre a ausência de mulheres nas instituições políticas e sobre a continuidade da sua condição subalterna na sociedade, o que contrasta com os apelos de modernidade que ecoam da Revolução de 1974. Grupos femininos sentem-se encorajados a abordar a primeira-ministra, a depositar nela a esperança de melhoria da sua representação.

Lourdes Pintasilgo é, a vários níveis, uma mulher extraordinária. O seu perfil transcende o padrão vivencial das mulheres portuguesas da altura, pelos seus predicados (a inteligência, a cultura, o cosmopolitismo), por se ter movido académica e profissionalmente em universos masculinos, por não casar e constituir família e viver em comunidade com outras mulheres. Por outro lado,

¹²³ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo...”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹²⁴ “...e o «marialurdismo»”, *Periscópio*, *O Jornal*, 10/08/1979.

¹²⁵ “«Guerrilha partidária preocupa-me»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

¹²⁶ F.A., “«Estou calma. Não receio o auditório!»”, *O Jornal*, 17/08/1979.

¹²⁷ “Bochechas ao poder”, *Periscópio*, *O Jornal*, 20/07/1979.

é enquadrada como uma *outsider* que emerge num período de crise. Como descreve Eduardo Lourenço (1980:10), pela primeira vez “desenhou entre nós a imagem de uma «outra política»”.

Os jornalistas começam por definir a *persona* política de MLP como correspondendo a um ideal tido como feminino, sublinhando os seus traços expressivos. Não é vista como uma figura masculina, confundida com “um dos rapazes” ou qualificada como “mulher de ferro”. No entanto, também não é representada como líder quebrantada, atemorizada na “cidade dos homens”. As características apontadas combinam-se com outros traços mais próximos de um estilo de liderança identificado como masculino: tem um temperamento firme, determinado, forte, enérgico.

Mas MLP será penalizada pela extroversão e força da sua personalidade. Há uma silenciosa resistência da imprensa – e do campo político filtrado pelos jornalistas – à aceitação desta presença feminina numa esfera que se associa a desempenhos masculinos. Disposições profundamente enraizadas manifestam-se nesta subtil oposição entre a política e o feminino.

A análise indicia, ainda, que a exploração jornalística da esfera privada das figuras de maior notoriedade não integrava ainda os valores-notícia em 1979, bem como é minoritário o escrutínio da aparência física, do vestuário e da idade é minoritário no discurso dos jornais. A personalização jornalística da política não se concentra nos aspetos visuais. Não é apresentada por atributos de beleza, não propicia a contemplação e o desejo. Pelo contrário, a imprensa projeta dela uma imagem dominante de castidade, como se fosse uma espécie de “Virgem Maria”. Aliás, as referências ao catolicismo, à Igreja, ao Graal, perpassam a representação jornalística da primeira-ministra. Quer em termos noticiosos restritos, quer numa dimensão mais sugestiva, esta evocação da religiosidade revela-se fundamental na sua caracterização como protagonista política.

Em suma, o iluminismo que se identifica nalguns jornais e o papel de charneira de certos/as comentadores/as relativamente à participação política feminina e à condição social das mulheres devem ser sublinhados, mas também os limites e o caráter episódico desta modernidade, que coabita com alusões de género, em sentidos muito elementares e de gosto duvidoso, usadas como arma de arremesso por setores políticos e por publicações politicamente mais comprometidas. Se se interpelam algumas insinuações sexistas, outras permanecem inquestionadas.

Lourdes Pintasilgo representa uma promessa que se abre no tempo. Às circunstâncias invulgares que conduziram a que chefiasse o “Quinto” aplica-se a “teoria das brechas”: as fissuras no sistema estabelecido e conhecido podem constituir “brechas” a partir das quais “as mulheres podem fazer passar um outro discurso sobre o político e desenhar concretamente os contornos de uma nova prática política” (Pintasilgo, 2011: 36). No entanto, a indigitação de uma mulher para um lugar político cimeiro será um ponto de partida, não de chegada. Como as próprias titulares antecipam, a presença feminina será progressiva num domínio que se manterá, nos anos seguintes, masculino, e de onde as mulheres, por variadas razões, continuarão afastadas. Citando António Mega Ferreira, uma indigitação singular é um “fator de perturbação”, “um pequeno, e, por enquanto, ainda tímido, argumento com que a proverbial «insignificância» da mulher começará a ser posta em causa – e, o que é mais significativo, pelas próprias interessadas”¹²⁸.

Bibliografia

Atkenson, L. R., Krebs, T. B. (2008), Press coverage of mayoral candidates: The role of gender in news reporting and campaign issue speech, *Political Research Quarterly* 61(2): 239–252.

¹²⁸ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 25/97/1979.

- Baptista, C. (2012), Mulheres (quase) não entram nos estúdios da televisão portuguesa, A TV dos Jornalistas, F. Lopes (Org.), Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 79-90 (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/tv_jornalistas/article/view/558/521).
- Bettencourt, A. M. & Pereira, M. M. S. (Coord.) (1995), Mulheres Políticas – As Suas Causas, Lisboa: Quetzal Editores.
- Bystrom, D. (2006), Advertising, web sites and media coverage: Gender and communication along the campaign trail, Gender and Elections: Shaping the Future of American Politics, S. Carroll, R. Fox (Edts), New York: Cambridge University Press, 169-188.
- Carroll, S. J., Schreiber, R. (1997), Media Coverage of Women in the 103rd Congress, Women, Media, and Politics, P. Norris (Edt.), New York: Oxford University Press, 131-148.
- Cavaco, S. (2012), Jornalismo no fim do Estado Novo: o caso Expresso, Revista de Estudos de Jornalismo, n.º 1, 9-23 (http://revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20130103-revista_final.pdf).
- ERC, Deliberação 1/LIC-TV/2012, 1ª avaliação intercalar da licença da SIC, 30 de Outubro de 2012.
- ERC, Deliberação 2/LIC-TV/2012, 1ª avaliação intercalar da licença da TVI, 30 de Outubro de 2012.
- Falk, E. (2008), Women for president: media bias in eight campaigns, Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Gallagher, M. (2001), Gender Setting. New Agendas for Media Monitoring and Advocacy, London, New York: Zed Books/WACC.
- Herzog, H. (1999), Gendering Politics. Women in Israel, The University of Michigan Press.
- Kahn, K. F. (1996), The Political Consequences of Being a Woman. How Stereotypes Influence the Conduct and Consequences of Political Campaigns, New York: Columbia University Press.
- Lourenço, E. (1980), Uma cristã na política e a política cristã, Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional (Prefácio), Porto: Afrontamento, 7-18.
- Magalhães, I. A. (2010), A dimensão do cuidar e a resignificação do espaço público no pensar e agir de Maria de Lourdes Pintasilgo, *ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, 37-51.
- Martins, C. (2013), Mulheres, política e visibilidade mediática. As lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite. Tese de doutoramento apresentada na FCSH-UNL.
- Martins, C. (2012), O género na Assembleia da República em 36 anos de democracia: Parlamento mais paritário mas ainda um «clube masculino», *Media & Jornalismo* 21: 25-62 (<http://www.youblisher.com/p/422079-O-genero-na-assembleia-da-republica-em-36-anos-de-democracia-parlamento-mais-paritario-mas-ainda-um-clube-masculino-Carla-Martins/>).
- Mautner, G. (2008), Analysing Newspapers, Magazines and Other Print Media, Qualitative Discourse Analysis in The Social Sciences, R. Wodak & M. Krzyzanowski (Edts.), Basingstoke: Palgrave Macmillan, 30-53.
- Mesquita, M. (1994), O Universo dos Media entre 1974-1986, Portugal, 20 Anos de Democracia, A. Reis (Coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 360-396.
- Norris, P. (1997), Women Leaders Worldwide: A Splash of Color in the Photo Op, Women, Media and Politics, P. Norris (Edt.), New York: Oxford University Press, 149-165.
- Pintasilgo, M. L. (2011), Para um Novo Paradigma: Um Mundo Assente no Cuidado. Antologia de Textos de Maria de Lourdes Pintasilgo. Porto: Edições Afrontamento.
- Reis, A. (1994), O poder central, Portugal: 20 Anos de Democracia, A. Reis (Coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 74-89.

- Projeto de Monitorização Global dos Media 2010 – Relatório Nacional (<http://www.whomakes-the-news.org/images/stories/restricted/national/Portugues.pdf>).
- Rocha, N. (1996), Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996), História da Imprensa, A. P. Quintero (Coord.), Lisboa: Planeta Editora, 369-396.
- Ross, K., Comrie, M. (2012), The rules of the (leadership) game: Gender, politics and news, *Journalism* 13 (8): 969-984.
- Ross, K., Sreberny, A. (2000), Women in the House: Media Representations of British Politicians”, *Gender, Politics and Communication*, A. Sreberny, L. van Zoonen (Edts), Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., 79-100.
- Ross, K., Sreberny-Mohammadi, A. (1996), Women MPs and the Media: Representing the Body Politic”, *Gender and Party Politics*, J. Lovenduski, P. Norris (Edts.), London: Sage, 103-115.
- Silveirinha, M. J. (2012), Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação, *ex æquo* 25: 91-104.
- Silveirinha, M. J. (2006), Representações Mediáticas de Mulheres, Editorial, *ex æquo* 14.
- Silveirinha, M. J. (Coord.) (2004), Os Media e as Mulheres, Lisboa: Livros Horizonte.
- Sreberny, A., van Zoonen, L. (Edts.) (2000), *Gender, Politics and Communication*, Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc.
- Tavares, A. (2010), Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reações na imprensa, *ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, 77-106.